



ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Triângulo- Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0034853/2025-63

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Triângulo**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Corte de árvores isoladas nativas vivas em meio rural - procedimento convencional	2100.01.0034853/2025-63	NAR UBERLÂNDIA
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: Natura Agropecuária Participações Ltda		CPF/CNPJ: 44.646.229/0001-73
Endereço: Av. do Bálsamo, 298 Sala 127 Prédio A		Bairro: Jaraguá

Município: Uberlândia	UF: MG	CEP: 38.413-135
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: Natura Agropecuária Participações Ltda	CPF/CNPJ: 44.646.229/0001-73	
Endereço: Av. do Bálsamo, 298 Sala 127 Prédio A	Bairro: Jaraguá	
Município: Uberlândia	UF: MG	CEP: 38.413-135
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
Denominação: Fazenda Bom Jardim, constituído pela Gleba L1 e L2	Área Total (ha): 33,6337	
Registro nº: 248.270 e 240.271	Município/UF: Uberlândia/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170206-5F91.D5F4.0257.4363.95C1.1676.B38F.6FF0		
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA		
Tipo de Intervenção	Quantidade	Un
Corte de árvores isoladas nativas vivas em meio rural	122	Unidades
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA		
Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)

Agricultura					Culturas anuais, perenes, cultivos exceto horticul	turas semiperenes e silvicultura e agrossilvipastoris,	24,30
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL							
Bioma/Transição entre Biomas		Área (ha)		Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Cerrado		24,3		Outros - árvores isoladas			24,3
Total:		24,3				Total:	24,3
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO							
Produto/Subproduto		Especificação			Quantidade		Unidade
Lenha de floresta nativa					73,0922		m³
Madeira de floresta nativa		Produto	Nome Científico	Nome Popular	Volume m³	18,2731	m³
		Tora	Qualea grandiflora	Pau-terra	18,2731		
8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA							
PATRÍCIA FERNANDES TAVARES PACHECO -MASP: 1.578.225-3							
Data da Vistoria: 17/11/2025							

9. VALIDADE					
Data de Emissão: 05/02/2026 Validade: 05/02/2029			Observações: ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.		
10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA					
	Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
				X	Y
	Corte de árvores isoladas nativas vivas em meio rural	Sirgas2000	22K	787.017	7.896.564
11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)					
<p>Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora (PTRF) apresentado anexo ao processo, em área de 0,0279ha, tendo como coordenadas de referência 787.143 x; 7.896.533 y (UTM,22K), com plantio de 20 mudas de pequi e 01 de ipê-amarelo como medida compensatória nos termos da Lei 20.308/12, e o plantio de 20 mudas de pau-brasil como medida compensatória nos termos da Resolução 3.102/21 e Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022</p> <p>Apresentar relatório técnico fotográfico anualmente pelo período de 5 (cinco) anos comprovando o desenvolvimento do PTRF acompanhado por ART</p>					
12. OBSERVAÇÃO					
<p>Dentre as 122 árvores autorizadas estão 04 pequis e 01 ipê-amarelo que são passíveis de autorização nos termos da Lei 10.883/1992, artigo 2º, inciso III e Lei 9.743/1988, artigo 2º, inciso III e 01 pau-brasil nos termos da Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022, e do art. 29, inciso II da Resolução Conjunta IEF/SEMAD nº 3.102/2021</p>					
<i>Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.</i>					

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Luiz Mamede, Chefe Regional**, em 09/02/2026, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **132876023** e o código CRC **0FE1607B**.